

## **Pedagogia da Alternância proposta de formação: Casa Familiar do município de Coronel Vivida - PR**

Yolanda Zancanella<sup>1</sup>, Andréia Aparecida Detogni<sup>2</sup>

<sup>1,2</sup>Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Centro de Ciências Humanas. Rua Maringá 1200, Vila Nova. Francisco Beltrão - PR. Brasil.

*Autor para correspondência/Author for correspondence: yolandazanca@yahoo.com.br*

**RESUMO.** A pesquisa teve como escopo analisar a formação dos alunos da Casa Familiar Rural<sup>i</sup> (CFR) no município de Coronel Vivida – PR, fundamentada na Pedagogia da Alternância<sup>ii</sup> (PA) no ano de 2016, identificando limites e desafios da sua efetivação na inserção do aluno na propriedade rural. Os sujeitos da pesquisa totalizam 08 (oito) alunos e suas respectivas famílias. O estudo foi realizado através da abordagem qualitativa fundamentada no método do materialismo dialético e os elementos de investigação consistiram na pesquisa bibliográfica e documental. O processo de busca e análise possibilitou refletir a proposta da PA desenvolvida na CFR, propiciando constatar potencialidades e limitações desta prática formativa. Nos resultados, destacamos como avanços o número reduzido de alunos por turma, o período integral de estudos e o atendimento personalizado desenvolvido pelos monitores e professores. No que se refere às condições limitadoras, ressaltamos a precária prática na propriedade familiar dos conhecimentos apreendidos, a estrutura física fragilizada e sua adequação a distintas vertentes teóricas que não tomam o trabalho como princípio educativo, produzindo uma prática adaptável à conjuntura social vigente.

**Palavras-chave:** Pedagogia da Alternância, Casa Familiar Rural, Formação.

## **The Pedagogy of Alternation training proposal: Family House of the municipality of Coronel Vivida - PR**

**ABSTRACT.** The research aimed to analyze the scope of training Rural Family House (RFH) in the city of Coronel Vivida-PR based on Pedagogy of Alternation (PA) in the year 2016, identifying limits and challenges of your effectiveness on insertion of the young on the property rural. The subject of research totaling 08 (eight) young people and their families. The study was conducted through a qualitative approach based on the method of dialectical materialism, the elements of the research consisted in bibliographical and documentary research. The process of search and analysis, made possible to reflect the proposal of PA, developed in the RFH, observing potentialities and limitations of this formative practice. In the results, highlight as advances the reduced number of students per class, the full-time study, and the personalized attendance developed by the instructors and teachers. As regards the limiting conditions, the precarious practice in family ownership knowledge acquired, the weakened physical structure, and its adequacy to different theoretical aspects that do not understand work as an educational principle producing a practice that is adaptable to the current social situation.

**Keywords:** Pedagogy of Alternation, Rural Family House, Formation.

## **La Pedagogía de la Alternancia propuesta de formación: Casa de la Familia del municipio de Coronel Vivida - PR**

**RESUMEN.** La investigación orientada a analizar el alcance de la capacitación Casa de la Familia Rural (CFR) en el ciudad de Coronel Vivida-PR basado en Pedagogía de la Alternancia (PA) en el año 2016, identificar límites y los desafíos de su eficacia en la inserción de los jóvenes en la propiedad rural. El tema de investigación por un total de 08 (ocho) jóvenes y sus familias. El estudio se realizó a través de un enfoque cualitativo basado en el método del materialismo dialéctico, los elementos de la investigación consistieron en la investigación bibliográfica y documental. El proceso de búsqueda y análisis hizo posible reflejar la propuesta de la PA desarrollada en la CFR, constatando potencialidades y limitaciones de esta práctica formativa. En los resultados, destacamos como avances el número reducido de alumnos por clase, el período integral de estudios, y lo atendimento personalizado desarrollado por los monitores y profesores. En lo que se refiere a las condiciones limitadoras, la precaria práctica en la propiedad familiar de los conocimientos apprehendidos, la estructura física fragilizada, y su adecuación a distintas vertientes teóricas que no toman el trabajo como principio educativo, produciendo una práctica adaptable a la coyuntura social vigorante.

**Palabras clave:** Pedagogía de la Alternancia, Casa de la Familia Rural, Formación.

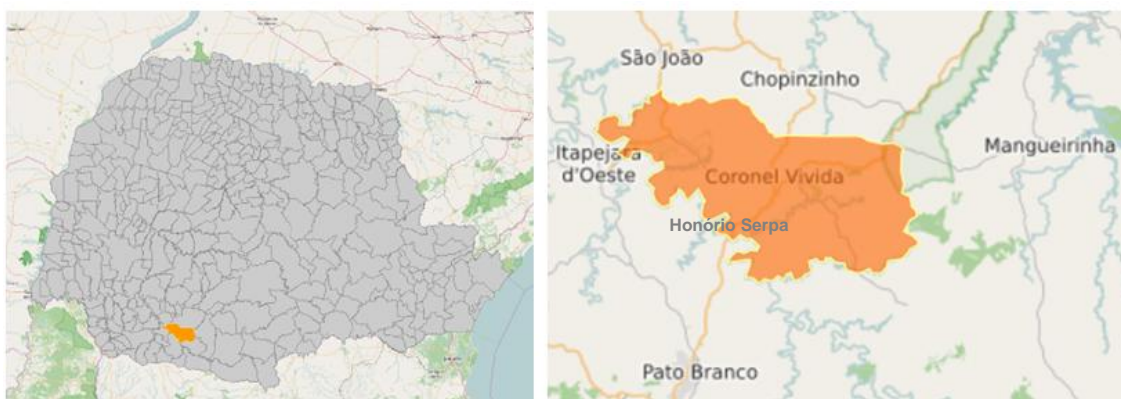
## Introdução

Iniciamos a discussão com a apresentação do município, onde está situada a Casa Familiar Rural, para contextualizar o campo no qual a investigação foi originada.

Coronel Vivida está localizada na região Sudoeste do Estado do Paraná, com área territorial de 683.252 km<sup>2</sup>, fazendo

divisa com os municípios de Pato Branco, Honório Serpa, Mangueirinha, Chopinzinho, São João e Itapejara D'Oeste.

Figura 01 – Município de Coronel Vivida - PR.



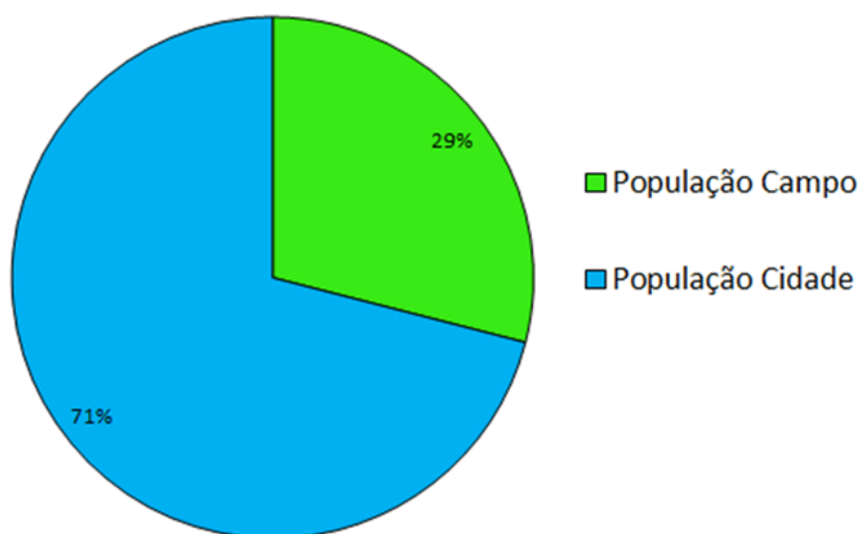
Fonte: IBGE (2016). Reorganização das autoras.

Oficialmente instalada em 14 de dezembro de 1955, no censo de 2010, contava com uma população de 21.749 habitantes, e no ano de 2016, segundo dados do IBGE (2010), 21.755 moradores. De acordo com o Censo de 2010, desse total, 6.306 pertencem ao campo, o que representa 29% da população, enquanto que 15.443 localizam-se na zona urbana do município, com um total de 71% dos habitantes.

A população está dividida entre o campo e a cidade, em ambos os sexos e em

todas as idades. Os homens são a maioria no campo, com um total de 51,44%, enquanto as mulheres somam 48,56%, cerca de 2,88% menos. Em contrapartida, são maioria na zona urbana com 52,23% de moradoras, já os homens têm uma representatividade de 47,77%, vivendo na cidade, o que representa uma diferença percentual de 4,46%. Essas informações podem ser identificadas no gráfico no. 01, a seguir:

Gráfico 01 – Total de Habitantes Campo e Cidade, Coronel Vivida - PR (2010).



Fonte: Censo/IBGE 2010. Organização das autoras.

Índices do IBGE (2010) mostram que entre a população paranaense, na faixa etária de 15 a 29 anos, há maior incidência de jovens de 15 a 19 anos do sexo masculino, tanto no campo quanto na cidade. Outro fator que chama a atenção observado na população vividense é a predominância das jovens mulheres na zona urbana e a maioria da população masculina no campo, ambos em sua maioria jovens.

A migração dos jovens para a cidade, sob a possível perspectiva de buscar oportunidades de estudo e trabalho, como mostram os dados do IBGE (2010), e o estudo de Zago (2016), tem resultado na masculinização da população rural. As informações remetem, também, ao entendimento de que a migração dos jovens para a zona urbana se deve ao

envelhecimento populacional do campo. De acordo com Silva (2014, p. 155):

O espaço rural, já esvaziado, vem sofrendo com o gradativo aumento do envelhecimento e da masculinização da sua população, em consequência do êxodo massivo de jovens e mulheres, que abandonam o campo em busca de melhores condições de vida, vislumbradas no espaço urbano.

Outro possível fator decisivo para a saída dos jovens do campo é o acesso à educação. Dados do IBGE/PNAD apontam que em 2011 a média nacional de tempo de estudo para jovens de 15 anos ou mais, moradores da zona urbana era de 8,2 anos, enquanto que a média dos jovens do campo se encontrava em 4,8 anos de estudo, o que mostra uma diferença de 3,4 anos.

A saída desses jovens, portanto, tem proporcionado uma nova dinâmica à vida

familiar no campo. Não podemos negligenciar o fato de que há motivações externas para a migração dessa parte da população. As mudanças ocasionadas pela modernização, inclusive no meio rural, nas últimas décadas, são fontes primordiais para essa transformação nas relações sociais e que se inicia nas famílias.

Molina (2015), por sua vez, reconhece e discute o êxodo da juventude do campo como um movimento estimulado pela força do capitalismo na dinâmica produtiva rural:

As transformações trazidas com a mudança da lógica de acumulação de capital no campo, pelo modelo agrícola representado pelo agronegócio, que exige cada vez mais vastas extensões de terra para implementação de suas monoculturas para exportação ... intensifica, por diversas estratégias, a superexploração dos camponeses e suas famílias, e entre eles, dos jovens. (Molina, 2015, p. 13-14).

Zago (2016) reconhece a importância da educação para essas pessoas, mas, enfatiza que a permanência dos jovens no campo não depende apenas de políticas públicas educacionais. Se antes havia a negligência do Estado pela não oferta da educação, atualmente, diante dos programas educacionais destinados aos moradores do campo, nos resta analisar que educação é essa, para quê, e como ela acontece. Não basta oferecer escolas, é significativo que os sujeitos do campo

tenham clareza sobre que formação desejam receber. Caso contrário, corre-se o risco da continuidade discriminatória e marginalizadora, ainda que com a possibilidade de roupagens diferentes.

No setor da economia, Coronel Vivida é um município com significativa produção na agricultura. Números fornecidos pelo IBGE e IPARDES (2013) mostram que este é o segundo setor com maior produto interno bruto (PIB), com 24,65% da arrecadação anual municipal. Em primeiro lugar está o setor de serviços, com 38,78%, em terceiro o setor de administração e serviços públicos com 14,79%, e por último os impostos com 7,94%.

Quanto à produção agrícola do município, dados do IBGE (2010) e IPARDES (2016), indicam que em 2014 os três produtos mais produzidos foram em quantidade de hectares colhidos: em primeiro com 30.700 mil hectares a soja, em segundo com 11.000 mil hectares o trigo, em terceiro com 5.300 hectares o feijão.

É possível identificar, portanto, a forte incidência da monocultura na cidade de Coronel Vivida, visto que apenas a produção de soja ultrapassa os 30.000 hectares, mais do que todas as demais produções juntas, o que indica que a prática da monocultura se sobressai às

pequenas produções, incidindo em montantes significativos de soja, trigo, feijão e milho, em detrimento de produções menores como a cana de açúcar, mandioca, e erva mate, o que sugere observar a dificuldade dos pequenos produtores em manter-se no mercado de produção, muito embora apelem para outras produções, que demandam um processo menos mecânico, tendo em vista as pequenas glebas em hectares, disponíveis para cultivo.

### **A Casa Familiar Rural de Coronel Vivida**

A Casa Familiar Rural (CFR) de Coronel Vivida iniciou as suas atividades no dia 25 de julho de 1995, ao oferecer o

curso de primeiro grau supletivo – Qualificação em Agricultura. A primeira turma tinha o total de 25 alunos. Na sua implantação, o curso tinha a duração de três anos e atendia também alunos dos municípios de Honório Serpa, Itapejara D'Oeste e São João. (Plano de Implantação/Curso primeiro Grau Supletivo Função Qualificação em Agricultura nº 2.843.062-0. NRE PBC – Sistema integrado de documentos).

Abaixo, a fotografia da entrada para as dependências e fachada da CFR, de Coronel Vivida – PR.

Fotografia 01 - Entrada para as dependências da CFR de Coronel Vivida - PR.



Fonte: Andreia A. Detogni (2016).

Atualmente, a CFR funciona no regime da Alternância semanal, na qual os alunos permanecem uma semana na

propriedade familiar e uma semana na CFR.

O prédio que pertence à prefeitura municipal é o mesmo desde a sua fundação



no ano de 1994, visto que passou eventualmente por pequenas reformas. A estrutura possui 498 m<sup>2</sup> de área construída, com duas salas de aula, sala de coordenação e sala dos professores, ambas com banheiro. Uma cozinha e refeitório, quatro quartos com banheiro para alunos, e

um quarto com banheiro para o monitor, além de um depósito. Suas instalações possuem o básico para o atendimento das necessidades dos alunos e funcionários, conforme a fotografia abaixo.

Fotografia 02 - Um dos dormitórios masculinos da CFR de Coronel Vivida - PR.



Fonte: Andreia A. Detogni (2016).

Em relação às mídias, a CFR possui um computador e uma impressora, um projetor multimídia, dois televisores (um com entrada para *pendrive*) e um telefone. Para as aulas de informática, quando necessário, a professora leva os alunos até a Escola Base.<sup>iii</sup> Os monitores e professores para o preparo de suas aulas e demais atividades usam seus computadores pessoais (*notebooks*), visto que nas dependências da Casa não há laboratório de informática, ou mesmo computadores disponíveis para que monitores, professores e alunos possam realizar pesquisas e estudos.

Para as aulas de Educação Física, a CFR não possui uma quadra de esportes ou campo de futebol. Diante disso, o professor se dirige com os alunos até o campo de futebol da Associação dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida - ASSOCELVI que fica a poucos metros da CFR, para possibilitar aos alunos a realização de atividades práticas na disciplina.

A CFR possui ainda uma horta cultivada pelos alunos, monitores e professores que precisa de melhorias. De acordo com o depoimento de alguns alunos, a horta é cuidada também por eles



e faz parte das atividades semanais na Casa. A esse respeito, um dos depoentes Lucas (19/09/2016) afirma: “Depois da aula nós vamos pra horta de vez em quando”. Outro, afirma:

A gente trabalha na horta, a gente tem que podar ... A gente tem que carpir, aprende como plantar as verduras. (Roberto, 19/09/2016).

Ao que parece, a horta não é apenas um espaço onde são cultivadas verduras e

hortaliças, mas também a continuidade do aprendizado dos alunos, o que revela uma oportunidade para a experiência prática, exercendo, também, o contato com a terra, ao proporcionar o conhecimento através do trabalho e a integração entre eles, com ajuda mútua nas realizações dessas tarefas. Na fotografia abaixo temos a imagem da horta da CFR, cultivada com o auxílio dos alunos.

Fotografia - Horta da CFR de Coronel Vivida - PR.



Fonte: Andreia A. Detogni (2016).

No período letivo de 2016, a CFR atendeu três turmas: uma primeira série com dezesseis (16) alunos, uma segunda série com treze (13) e uma terceira série com onze (11), totalizando quarenta (40) alunos que frequentaram o Curso de Técnico em Alimentos.

Autorizado no ano de 2009 com duração de três anos, o curso funciona de 2ª a 6ª feira em período integral com aulas no período da manhã e à tarde, com carga horária de 3.200 horas, mais 133 horas de estágio profissional supervisionado. Conforme Parecer CEE/CEMEX n. 595/14

de 16 de setembro de 2014, o curso teve renovação pelo prazo de cinco anos, a partir do início do ano de 2014 até o final do ano de 2018.

Ainda de acordo com o Parecer 595/14, ao término do curso de Técnico em Alimentos, o aluno estará apto a orientar e executar tarefas na transformação, preparo e conservação dos alimentos, garantindo a higiene sanitária e preservação de suas qualidades nutricionais.

O aluno formado nesse curso pode atuar no processamento e conservação de matérias primas, produtos e subprodutos da

indústria alimentícia e de bebidas, com análises físico-químicas, microbiológicas e sensoriais. Pode auxiliar ainda no planejamento, coordenação e controle de atividades do setor, realizar a sanitização das indústrias alimentícias e de bebidas, controlar e corrigir desvios nos processos manuais e automatizados, além de acompanhar a manutenção de equipamentos e participar do desenvolvimento de novos produtos e processos. (Parecer nº 595/14, p. 02).

Quanto ao calendário escolar da CFR, ele provém da Escola Base, com poucas alterações na sua elaboração. De acordo com a equipe pedagógica, e os monitores, as alterações são muito semelhantes para as duas instituições. Quanto ao certificado do Curso, também é expedido pela Escola Base, no caso, Colégio Estadual Arnaldo Busato – EFMNP.

O quadro de docentes da CFR, no período letivo de 2016, é constituído de quatro (04) professores, vinculados e cedidos pela Secretaria Estadual de

Educação - SEED, e três (03) monitores de nível superior vinculados e cedidos pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil - ARCAFAR/SUL. Há ainda um (01) monitor de nível médio, dois (02) serventes de serviços gerais, sendo um (01) contratado também pela ARCAFAR e outro pela Associação da CFR, e um (01) coordenador (cargo comissionado pela prefeitura municipal).

As aulas são distribuídas de acordo com a área de conhecimento dos professores cedidos pela SEED, responsáveis pelas disciplinas da Base Nacional Comum e Parte Diversificada, e de acordo com a área de conhecimento dos monitores contratados pela ARCAFAR/SUL, responsáveis pelas disciplinas específicas para o Curso de Técnico em Alimentos. Estão assim distribuídas, conforme disposto na tabela, na sequência:

Tabela 01 - Graduação Professores/Monitores e Disciplinas que ministram aulas - CFR (2016 - 2017).

Professores Graduação	Disciplinas	Monitores Graduação	Disciplinas
História e Geografia	História, Geografia e Sociologia.	Nutrição	Bioquímica de Alimentos, Nutrição e Dietética, Análise dos Alimentos.
Letras-Habilitação Português/Inglês	Língua Portuguesa, Arte e Língua Inglesa.	Tecnologia em Controle de Processos Químicos	Informática, Microbiologia dos Alimentos, Segurança do Trabalho e Controle Ambiental, Tecnologia dos Alimentos.
Ciências-Habilitação	Matemática, Física,	Agronomia	Estágio Supervisionado,

Matemática	Química e Biologia.		Prática de Higiene e Legislação dos Alimentos, Planos de Estudo
Educação Física	Educação Física	-----	-----

Fonte: Casa Familiar Rural (2016). Organização das autoras.

Observamos que, tanto os professores quanto os monitores, com exceção do professor da disciplina de Educação Física, trabalham mais que duas disciplinas na CFR, especificamente entre três e quatro disciplinas cada um. Alguns ministram aulas em disciplinas nas quais possuem formação específica, mas também em disciplinas na qual não possuem graduação na área.

Nesses cinco anos, a CFR atendeu o total de 250 alunos, sem contar os transferidos que somam 46 pessoas. As turmas das terceiras séries em todos os anos são as menores, o que nos permite afirmar que os alunos matriculam-se na primeira série e transferem-se para outra escola ao longo do tempo, o que poderia justificar o pequeno número de alunos que frequentam o último ano do curso.

Conforme artigo 2º do seu Regimento Escolar, sua mantenedora é constituída pela Associação da CFR, composta pelo Conselho Superior de Administração, com o apoio do governo do Estado do Paraná, representado pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), Prefeitura Municipal e outros órgãos.

A CFR de Coronel Vivida mantém atualmente parcerias e convênios com a

*SEED* – que designa docentes para trabalhar no curso, oferece material didático para os professores e alunos, (livros das disciplinas da base comum da matriz curricular) e também envia a merenda escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE; com a *Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal da Agricultura* – designa um valor específico mensalmente, para o custeio de gastos permanentes, tais como água, luz, telefone, gás para a cozinha, alimentação e o salário do coordenador da CFR, (um monitor de nível superior); com o *Sindicato Rural Patronal* - Intermedia a parceria com SENAR e a CFR, oferecendo o curso Jovem Agricultor Aprendiz Para a 1ª Série: Gestão do Agronegócio (144 horas), para a 2ª Série: Pecuária Leiteira (96 horas), e para os alunos da 3ª Série: Mecanização (96 horas); com a *HE Laticínios* (produtora de queijos e outros produtos derivados do leite de vaca); com a *Chácara Strapasson* (produtora de verduras, legumes e hortaliças); com a *Tosetto Embutidos* (produção de salames e outros embutidos), que são as empresas nas quais os alunos realizam os estágios supervisionados; com o *Instituto Souza Cruz*, recentemente cinco, dos doze alunos

matriculados na 3ª série na CFR, foram selecionados pelo Instituto, para participarem do programa “Novos Rurais”, e terão a oportunidade de desenvolverem seu Projeto de Vida, com incentivo de R\$ 3.000.00 (três mil reais) para cada aluno. Os projetos de vida são: apicultura, criação de codornas, alimentos congelados, produção de mudas de hortaliça e piscicultura. No que concerne ao projeto, segundo informações do site Instituto Souza Cruz:

A perda de um dos mais importantes ativos do campo, a juventude, tem se configurado em um dos principais desafios dos pequenos empreendimentos rurais no país. Neste cenário, torna-se estratégico dotar os jovens de ferramentas e instrumentos capazes de viabilizá-los enquanto agentes sociais, com potencial de alavancar melhores condições de vida para suas comunidades, gerando renda e tornando-se motores do desenvolvimento rural. Este é o foco do programa Novos Rurais ... O programa oferece novas habilidades e competências aos egressos e estudantes do Ensino Médio ... transformando-os em agentes capazes de agregar valor aos produtos e serviços da agricultura familiar. (Educação para a Sustentabilidade do Campo, [s./d.]).

Não obstante, ao tratar a agricultura familiar como pequeno negócio do campo, é reforçada a concepção de que o jovem deve criar, desenvolver e gerenciar um Projeto de Vida, que assume a característica de um negócio empresarial,

para dar-se bem e gerar lucros para a família, permanecendo assim, por méritos e responsabilidade unicamente seus, no campo.

É oportuno destacar que há um incentivo financeiro para os alunos da CFR, aliados às formações e cursos que o Instituto oferece, com o objetivo de conectá-los com a ideologia neoliberal, visando fomentar o empreendedorismo neles e dotá-los com instrumentos e ferramentas, habilidades e competências para que possam concretizar pequenos empreendimentos em suas propriedades rurais, tornando-os geradores de renda.

Outra minúcia importante para observar é que o Instituto Souza Cruz, em seu *site*, apresenta como uma organização não governamental sem fins lucrativos, que elegeu “o campo como foco prioritário de suas ações, voltadas para a agricultura familiar sustentável”, não informam que esse instituto está relacionado à empresa líder no mercado nacional de cigarros Souza Cruz, da qual possui seis das dez marcas mais vendidas no Brasil, produzindo cerca de 90 bilhões de cigarros por ano.

Não intencionamos adentrar no mérito dessa discussão, entretanto, não podemos ignorar a dicotomia entre o que a empresa Souza Cruz comercializa e a sustentabilidade que propaga de uma vida

de melhor qualidade para as pessoas, que o Instituto que leva seu nome defende.

Ao assumir um discurso sustentável, porém capitalista, o Instituto constrói um *marketing* do ambientalmente correto de uma indústria comercializadora de cigarros, mas compensa a sociedade com projetos ideologicamente corretos *para os preceitos neoliberais*.

Observamos ainda que dos cinco (05) projetos de vida escolhidos, três (03) pertencem a alunos que residem na cidade. Logo, a especificação do programa torna-se novamente contraditória. Conforme já referenciado, o enxerto explicativo feito pela Souza Cruz diante de sua inquietação, ao afirmar que “A perda de um dos mais importantes ativos do campo, a juventude, tem se configurado em um dos principais desafios dos pequenos empreendimentos rurais no país”, demonstra intencionalidade de fazer com que estes alunos *bem sucedidos* continuem vivendo no campo, entretanto, como essa permanência será possível se alguns desses jovens estão na zona urbana?

De modo algum, essa incompatibilidade entre conceituação e prática, no momento da escolha dos alunos, tirará o mérito dos alternantes quanto à dedicação a seus projetos de vida, mas fica uma lacuna diante desse paradoxo, de investir em um projeto para

assegurar, entre outras coisas, que o aluno continue em um lugar de onde ele já saiu, ou mesmo, nunca firmou morada fixa.

Sobre as finalidades da CFR, podemos encontrá-las distribuídas nos artigos 4º e 5º de seu Regimento. No Artigo 4º especifica-se que “a Casa Familiar Rural tem como finalidade ofertar educação para adolescentes e adultos bem como preparação para o trabalho, através de metodologia adequada ao desenvolvimento integral do aluno”. (Coronel Vivida-PR, 1997, p. 02).

Percebemos que o Regimento Escolar da CFR encontra-se desatualizado, pois como se pode observar em seu artigo 7º inciso II menciona-se ainda o curso de Técnico em Agricultura, uma vez que desde o ano de 2009 o curso ofertado passou a ser o de Técnico em Alimentos. Também é possível apreender em seus documentos a influência escolanovista referenciada nos objetivos da CFR, bem como a valorização na aquisição de competências e habilidades.

Ribeiro (2013), na sua investigação, constatou a relevante influência de teóricos como Dewey, Piaget e Edgar Morin, além de outros nomes como Paulo Freire, Frenet, Decroly, Cousinet, Montessori e Carl Rogers nas práticas e concepções das CFRs, no sentido dessa tendência transitar por várias vertentes pedagógicas, revelada

no Regimento Escolar da CFR de Coronel Vivida – PR.

No Paraná, todas as CFRs se reportam a uma “escola-base” para assuntos referentes à documentação escolar e também à lotação e encontros para capacitação dos professores, que são cedidos pela SEED. A escola base da CFR de Coronel Vivida, desde o ano de 2007 é o Colégio Estadual Arnaldo Busato - EFMNP situado na área central do município.

De acordo com a Instrução n. 01 de 23 de maio de 2016 – SUED/SEED, a Escola Base é responsável pelo suprimento dos professores que irão atuar na CFR; pelo registro escolar e certificação escolar dos alunos; em prestar atendimento pedagógico aos professores(as) e alunos(as); repassar os livros didáticos de direito dos alunos; permitir o acesso ao espaço físico (quadra de esporte, biblioteca, laboratórios e outros); incluir nas atividades jogos escolares, feira de ciências, festas e outras atividades extracurriculares.

A Instrução mencionada proporciona indagações, ao considerar designações à Escola Base em relação à CFR, questões sobre como ocorre essa vinculação na prática? Como é realizado esse atendimento pedagógico? Como acontece o acesso e utilização do espaço físico da

Escola Base pelos alunos da CFR? Como é a participação nas atividades extracurriculares? São possibilidades a serem questionadas, o que indica o quanto é necessário que se percorram as vias, que compõe a prática da Alternância, ao reconhecer seus pormenores para melhor entendê-la na totalidade.

### **Os alunos da Casa Familiar Rural de Coronel Vivida**

Na intenção de conhecermos quem são os alunos que frequentam a CFR no ano de 2016 e o que pensam sobre a sua formação, bem como o olhar dos pais sobre essa formação, trabalhamos com as entrevistas semi-estruturadas e questionário que nos fornecessem subsídios, sobretudo, para a construção do cenário de análises, com o auxílio de suas falas cotejadas com a bibliografia selecionada e a realidade observada.

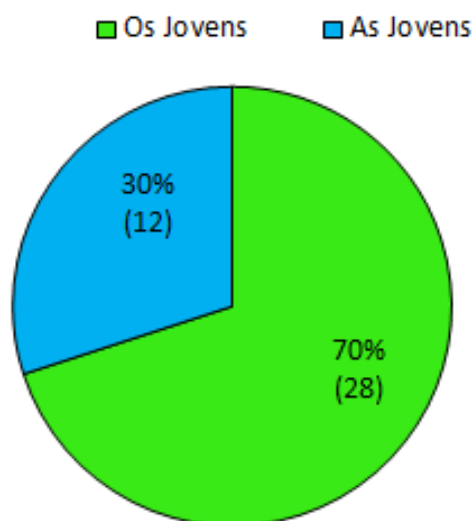
A CFR, no período letivo de 2016, conforme mencionado anteriormente, estava com quarenta (40) alunos: dezesseis (16) na 1ª, treze (13) na 2ª e onze (11) na 3ª série do curso de Técnico em Alimentos. Desses, onze (11) são do sexo feminino, o que representa 30% do total de alternantes, e vinte (28) do sexo masculino, com um total de 70%.

Também apuramos que dez (10) alunos encontram-se fora da faixa etária,

em relação ao ano do curso, todos com um ano a mais da idade indicada e do sexo masculino, o que representa 25% do total dos alunos, quantidade expressiva se levarmos em conta o número de matrículas. Sobre o espaço onde moram, apurou-se que vinte e dois (22) jovens

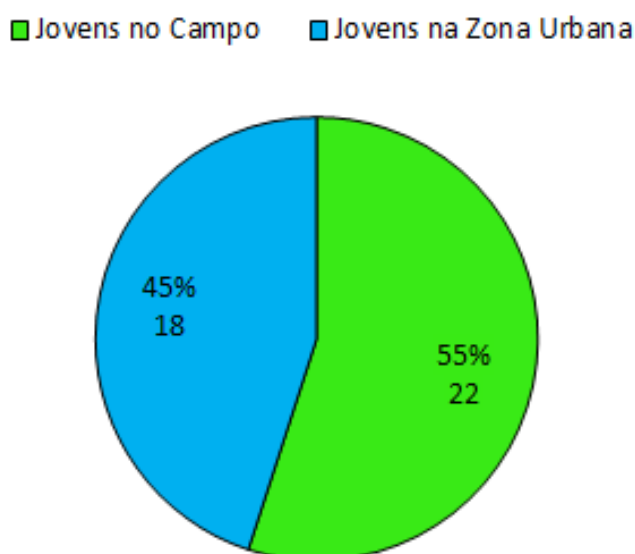
residem no campo, o que revela 55% do total de alunos e dezoito (18) vivem na zona urbana, o que soma o total de 45% de jovens matriculados neste período letivo na CFR. Abaixo, os gráficos com as informações.

Gráfico 02 - Total de alunos de ambos os sexos frequentando a CFR de Coronel Vivida - PR (2016).



Fonte: Questionário. Organização das autoras.

Gráfico 03 - Total de alunos de ambos os sexos morando no campo e na cidade (2016).



Fonte: Questionário. Organização das autoras.



Os dados informados revelam que 30% dos alunos são do sexo feminino, enquanto que os do sexo masculino têm preeminência de 70%. Muitos podem ser os motivos dessa diferença significativa, talvez um reflexo da masculinização que acontece no campo, segundo Zago (2016) e Silva (2014). Vale destacar que a proposta do curso é para que os jovens permaneçam no meio rural.

Outro fator expressivo é o caso de 45% desses alunos morarem na zona urbana do município, apenas 5% menos que os jovens provenientes do campo. Esse alto índice é desconexo do discurso da PA, de acordo com o Parecer CNE/CEB nº 1 de 01 de fevereiro de 2006, no qual expõe um dos objetivos dos CFRs “a formação integral dos jovens do meio rural, adequada à sua realidade”. (Brasil, 2006). Igualmente destoante ao que Gimonet (2007, p. 155) define como uma proposta para “trilhar outro caminho para a formação, para a educação dos jovens do meio rural. Um caminho sustentado por um projeto para o homem, para a agricultura, para a ruralidade”.

Ou ainda segundo Colossi e Estevam (2003, p. 22):

A modalidade de educação proporcionada pela CFR, além de se propor a enfrentar o empobrecimento cada vez maior das famílias que vivem no meio rural, poderá ser um fator de aproximação das relações

familiares e comunitárias ... Objetiva-se, com esta metodologia de construção coletiva do saber, que os filhos dos agricultores venham conquistar uma formação qualificada e plural.

Há, realmente, um contrassenso sobre o que os pesquisadores pensam e o Parecer, citado, aponta como intencionalidade da PA, praticada nas CFRs. Torna-se dificultoso o caminho para auxiliar os alunos adequar-se ao meio rural, com uma proposta de formação que os auxilie a enfrentar situações de dificuldades que surgem no cotidiano do campo, quando parte desses sujeitos vive na cidade.

Acreditamos que apesar de ser um curso especificamente voltado para o cuidado e trabalho com a terra, mesmo assim, existe o interesse dos alunos que vivem na zona urbana, o que não deixa de ser uma possibilidade de preparar-se para o mercado de trabalho, ao adquirirem competências em um curso técnico, para competir por futuras vagas de emprego, como sugere a ordem vigente. Tendo em vista a baixa procura dos alunos do campo pelo curso e, carecendo de alunos para compor as turmas, a CFR acaba por miscigenar seu quadro.

Dessa forma, a CFR pode comprometer a implementação de alguns dos instrumentos da PA, como, por exemplo, o Caderno de Realidade ou

Caderno de Vida, que conforme Gimonet (2007) é desenvolvido a partir da observação e análise do trabalho na propriedade, ao proporcionar ao aluno a união entre a experiência do trabalho e a vida familiar e social.

Para ilustrar essa situação de ausência, tomaremos como referência a resposta de dois alunos moradores da cidade, quando questionados sobre como realizam as atividades práticas na semana que não estão na CFR:

Ai, eu nunca fiz, falar a verdade ... Às vezes você gostou do assunto, mas você não tem como pôr em prática o que você aprendeu aqui ... Você falar para as pessoas é uma coisa, agora você pegar, falar e pôr em prática, mostrar, é bem diferente. O maior desafio acho que é você não poder ter uma propriedade pra você pôr em prática tudo que você aprendeu. (Débora, 07/04/2016).

Não, eu não vou em propriedade nenhuma. Na verdade até conhecer gente eu conheço, do campo ... mas só que desenvolver algum projeto, não. (Guilherme, 18/04/2016).

As circunstâncias de vida desses alunos, como se pode observar, impossibilita que se articulem os tempos – espaços de sua formação. A observação, confrontação, diálogos e constatações ficam comprometidos diante da não ruptura desses tempos e lugares.

Sem ter como superar a fase do questionamento e da análise, esses alunos

privam-se da prática, porque em algumas situações, no lugar de uma propriedade no campo, moram em uma casa na cidade, sem terra para dar continuidade ao que foi iniciado em suas observações e discutido na CFR. Diante disso, para muitos o que resta fazer é uma calçada com plantas cultivadas em vasilhames.

Ao dar continuidade às discussões empreendidas pelos entrevistados, constatamos que desses quarenta (40) alunos, dezenove (19) sempre moraram no campo, onze (11) moraram na cidade, sete (07) já residiam no campo e agora estão na cidade, dois (02) já vivem na cidade e agora moram no campo, e um (01) morou no campo, mudou-se para a cidade e retornou ao campo.

As respostas dos alunos apontam para uma interessante dinâmica migratória no município, pois nota-se a saída de sete (07) famílias do campo para a cidade, mas, em contrapartida, também se percebe que duas (02) famílias fizeram o sentido inverso, saindo da zona urbana para o campo. Esse retorno ao campo, de acordo com Silva (2014), nem sempre significa o início ou retorno às atividades agrícolas.

Por vezes, essas famílias deslocam-se para o campo em virtude do custo de vida mais baixo, em relação à cidade, ao diminuir as despesas mensais da casa, não precisando em alguns casos pagar aluguel,

a conta de água, por exemplo, uma vez que podem produzir parte do alimento para seu sustento nesse lugar. Em outros casos, a falta de trabalho também pode ocasionar esse regresso ou ingresso ao meio rural.

Portanto, esse movimento de migração ainda que pequeno, não significa necessariamente trabalhar na agricultura. Muitas vezes, o que ocorre é o campo como lugar de estadia, mas a renda maior ainda é tirada do trabalho na zona urbana. Salientamos que essa exposição abre outras possibilidades. Contudo, não temos, nesse trabalho, a pretensão de respondê-las, mas acreditamos na necessidade de pesquisas que se disponham a isso, a fim de compreendermos a nova dinâmica que se desenha no campo, inclusive em cidades menores, como é o caso de Coronel Vivida.

Constatou-se também que entre as vinte e duas (22) famílias do campo, duas (02) não possuem terreno próprio. Das dezoito (18) famílias residentes na zona urbana, quatorze (14) mora em casa própria, duas (02) em casa cedida e duas (02) em casas alugadas, e ainda, dessas famílias residentes na cidade, três (03) têm terreno no interior do município.

Em relação à atividade de observação e prática dos conhecimentos adquiridos na CFR, vinte (23) alunos responderam que realizam essa etapa do

aprendizado em suas casas no interior, como, por exemplo, de um aluno que mora na cidade, cuja família possui terreno no campo. Outros onze (11) afirmaram que fazem isso em suas casas na zona urbana, e seis (06) responderam que não desenvolvem essa etapa.

Essas respostas dos alunos recaem sobremaneira sobre a possibilidade da PA fundamentar a formação deles, pois, se não existe a contínua vinculação entre teoria e prática e a formação integral do aluno, a articulação entre os espaços-tempos que se relaciona à Alternância é desenvolvida em residências na zona urbana, o que pode comprometer o seu desenvolvimento, uma vez que a sua proposta foi pensada para o filho do agricultor, trabalhador rural, que mora e trabalha no campo.

No que se refere à quantidade de terras de todas as famílias proprietárias, nenhuma excedeu 15 alqueires, ou 37,5 hectares, o que caracteriza, portanto, as famílias dos alunos em pequenos proprietários, ou agricultores familiares e famílias residentes na zona urbana.

A respeito dessas características, Silva (2001) identifica o que seria uma espécie de êxodo agrícola e não propriamente o êxodo rural, uma vez que essas famílias continuam no campo, mas sua renda principal passa a ser proveniente de atividades fora da propriedade familiar,

pois, “o emprego de natureza agrícola definha em praticamente todo o país, mas a população residente no campo voltou a crescer; ou pelo menos parou de cair”. (Silva, 2001, p. 40). De acordo com o autor, grande parte da diminuição do trabalho agrícola deve-se à mecanização desenvolvida no campo, em que as máquinas e a tecnologia impulsionam a dispensa da parte dos trabalhadores.

Silva (2014) explicita que até o final de 1999, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, dos 15 milhões de pessoas economicamente ativas residentes no meio rural do país (com exceção da região Norte), quase 4,6 milhões trabalhavam em ocupações não agrícolas, como empregadas domésticas, serventes de pedreiro, entre outras. A esse respeito, Silva (2001) denomina essas famílias de pluriativas, pelo motivo de seus membros viverem no campo e exercerem atividades de cunho agrícola e não agrícola. Nessa nova conjuntura:

A gestão familiar inclui agora outros “negócios” não-agrícolas como parte de sua estratégia de sobrevivência (maioria dos casos) ou mesmo de acumulação. Em outras palavras, o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque a família deixou de ser agrícola e se tornou pluriativa ou não-agrícola, embora permaneça residindo no campo. (Silva, 2001, p. 43).

Ou seja, é essa a representação dos oito alunos e suas famílias que frequentaram as aulas da CFR, no município de Coronel Vivida – PR, no ano letivo de 2016.

### **Avanços, limites e desafios da Casa Familiar Rural de Coronel Vivida PR – na formação alunos**

Não poderíamos discorrer sobre os possíveis avanços, limites e/ou desafios da CFR de Coronel Vivida, sem considerarmos à PA, anunciada enquanto cerne de sua recorrente prática. Nesse sentido, as imputações aqui designadas à CFR recairão respectivamente sobre a PA, tendo em vista que observamos o caráter indissociável entre ambas.

Dentre esses oito (08) alunos, observamos a ínfima ou quase irrisória junção da prática à teoria. Não há por parte dos monitores e professores um trabalho desenvolvido no sentido de aglutinar essas duas etapas, do aprendizado de modo a articulá-las concomitantemente, fazendo-as parte de um processo contínuo, interligado e ininterrupto. Nesse sentido, um dos entrevistados assim afirmou:

O que aprende aqui você pode aplicar em casa, a semana que tá em casa. Se o aluno tiver interesse ele aplica lá. Henrique (19/09/2016).

Ou seja, Henrique, morador do campo, evidencia em seu relato que se o

aluno quiser ele aplica o que aprende na CFR. Outro entrevistado relatou:

Aquilo que às vezes eu aprendo aqui, eu levo lá e passo pro meu pai pra melhorar o nosso serviço lá. (Leonardo, 03/10/2016).

Além do movimento contrário indesejado pela PA, de submeter o exercício da prática após o desenvolvimento da teoria, desconsiderando fatores como a experiência, observações e proposições dos alunos, há a precipitação do que seria esta prática, talvez entendida como uma atividade solitária sem o acompanhamento de monitores e participação dos pais.

Algo semelhante como preencher um relatório com instrumentos de trabalho específicos da lavoura pode ser um exemplo de um seguimento prático de como fazer algo já discutido em classe, contudo, a experiência antecede a prática e necessita ser explorada, confrontada e discutida. Essa experiência deve partir das vivências e observações do aluno em sua contínua transição de espaços.

Outro dado que chama atenção é o desenvolvimento dos Planos de Estudos e, posteriormente, do Projeto de Vida. Quanto aos primeiros, são temas pré-determinados, explorados teoricamente, primeiro de maneira expositiva e culminado em visitas de campo, ou

palestras; o segundo é desenvolvido ao longo dos últimos meses de aula. Entretanto, conforme os depoimentos, constatou-se que na maioria das vezes não são postos em prática esse plano e projeto, ou seja, novamente não se adéqua com a proposta da PA.

Desses oito (08) alunos, conforme expusemos anteriormente, os quatro (04) selecionados pelo Projeto Souza Cruz declararam que desenvolverão o projeto, uma vez que contam com auxílio financeiro. Os demais não têm expectativas para desenvolver seus projetos de vida, seja por falta de espaço, condições financeiras ou outros motivos.

Quanto às visitas dos monitores e professores, alunos e famílias afirmaram recebê-las em número reduzido, e no período de 2016 ainda não haviam acontecido por falta de carro, pelo menos até o mês de setembro. Entretanto, isso não parece incomodar as famílias e os alunos que não veem a impossibilidade de visitas mais constantes, ou mesmo que influencie o desenvolvimento da propriedade rural (quando há).

Outra necessidade percebida na CFR está relacionada à quantidade de monitores. Como são três (03) turmas recebidas em semanas alternadas com atendimentos personalizados a serem feitos, visitas técnicas e domiciliares às

famílias dos alunos, preparo de aulas, além de outros serviços burocráticos, compreendemos que três (03) monitores de nível superior e um monitor de nível médio não são suficientes para a realização efetiva e constante desde trabalho, o que pode comprometer a proposta da PA. Portanto, reconhecemos a escassez no quadro funcional da CFR analisada.

Também percebemos que a PA e, conseqüentemente, a prática na CFR, assume um caráter híbrido em suas vertentes pedagógicas, com expressiva predominância do escolanovismo<sup>iv</sup>, ao aliar, portanto, o desenvolvimento de competências dos alunos à sua capacidade de empreender e, ainda, que em sua prática na CFR, a proposição da PA não acontece efetivamente em sua totalidade, pois não há indicativos de que haja internamente uma contraproposta à sua formulação.

Esse preceito escolanovista contraria o que Saviani (2012) define enquanto teoria crítica da educação, capaz de oferecer às camadas populares subsídios para que lutem, na tentativa de evitar que interesses dominantes dela se apropriem (da educação), o que pode afetar o seu domínio social, econômico e capital humano. Sobre a Escola Nova, Saviani (2012, p. 77) assim explicita:

Veja-se o paradoxo em que desemboca a Escola Nova; a contradição interna que atravessa de

ponta a ponta a sua proposta pedagógica; de tanto endeusar o processo, de tanto valorizá-lo em si e por si, acabou por transformá-lo em algo místico, uma entidade metafísica, uma abstração esvaziada de conteúdo e sentido.

Ou seja, a CFR é uma escola de cunho capitalista que ainda obtêm sucesso, se analisada do ponto de vista burguês, tendo em vista a realização de um curso técnico, no caso da CFR, de Coronel Vivida, preparador para o ingresso específico ao mercado urbano de trabalho.

Desse modo, reiteramos esta postura metodológica refletida em uma formação técnica voltada aos interesses do mercado, bem como parcerias com instituições que ofertam cursos que estimulem os alunos a ações empreendedoras, como, por exemplo, a parceria com o SENAR, que oferece o curso Jovem Agricultor Aprendiz e com projetos como Novos Rurais, oferecidos pela ONG Souza Cruz. Assim, a CFR torna-se favorecedora e mantenedora da ordem vigente. Nesse sentido, Freitas (2011, p. 118) pontua que:

Sem conhecimento, sem domínio da realidade atual e sem capacidade de auto-organização, os estudantes não podem se envolver adequadamente nas tarefas de construção de novas formas de organização para a escola e para a sociedade. Não é sem razão que a escola capitalista sonegue estas capacidades à classe trabalhadora.

É evidenciado o caráter dualista da educação oferecida pela CFR, que acaba por qualificar mão de obra para o mercado local urbano. Apesar da PA ser prioritariamente voltada para o atendimento dos filhos dos agricultores, o curso ofertado na CFR prepara para o mercado de trabalho na cidade, isto é, para as empresas das quais normalmente os alunos desenvolvem seus estágios.

O trabalho está presente em todas as dimensões da vida humana, não se restringindo ao emprego, propriamente dito. O trabalho não está presente apenas no campo econômico, mas se manifesta em atividades biológicas, culturais, sociais, afetivas, entre outras, instaurando-se, também, na educação como um princípio educativo. Sobre isso, Saviani (2012, p. 175) discorre:

Quando consideramos o trabalho como princípio educativo, estamos querendo dizer que o trabalho, enquanto elemento fundante e determinante da vida humana em seu conjunto é, por consequência, fundante e determinante da educação. Ou seja: uma vez que o trabalho é “condição natural eterna da vida humana”, em qualquer sociedade o trabalho se comporta como princípio educativo, isto é, determina a forma como é constituída e organizada a educação ... Sem se considerar o trabalho e a forma concreta pela qual ele define o modo de produção da vida humana numa situação histórica determinada, não será possível entender a forma assumida pela educação na referida situação histórica.

Ou seja: mais do que adaptabilidade e uma profissão. Além de um projeto comunitário ambicioso e sustentável, se torna mais do que fixar e solidarizar. Dito com outras palavras, uma educação que seja instrumento para a emancipação humana precisa superar práticas que legitimam e reproduzem os interesses de classes das quais inegavelmente há o predomínio de uma sobre a outra. Concomitante a isso, Kuenzer (1991, p. 92) aponta:

Reconhecer que o trabalho, na organização da sociedade, é o princípio educativo primeiro, é fundamental para superar a concepção burguesa da relação entre educação e trabalho, na qual a escola deverá articular-se com o trabalho como estratégia de socialização e qualificação do trabalhador, tendo em vista as necessidades postas pelas relações capitalistas, com toda a sua dinamicidade.

Nesse sentido, encontramos dificuldade em identificar na CFR uma prática de superação. No entanto, se fizermos alusão às descrições e conceituações anteriores de alguns estudiosos, perceberemos a incidência da adaptabilidade, concorrência, competitividade e do aprender a aprender. Ou seja, o caráter neoliberal sugere uma prática também como referência ao ensino escolanovista, conceituado por Saviani,



como aquele que prepara para que os sujeitos sejam cada vez mais empregáveis.

Conforme Sader (2008, p. 15), no prefácio da obra de Mészáros intitulada “A educação para além do capital”,

Ao pensar a educação na perspectiva da luta emancipatória, não poderia senão restabelecer os vínculos – tão esquecidos – entre educação e trabalho, como que afirmando: digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação. Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica, da mesma forma que em uma sociedade em que se universalize o trabalho – uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores -, somente aí se universalizará a educação ... Antes disso, educação significa o processo de “interiorização” das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los à sua aceitação passiva. Para ser outra coisa, para produzir insubordinação, rebeldia, precisa redescobrir suas relações com o trabalho e com o mundo do trabalho, com o qual compartilha, entre tantas coisas, a alienação. Para que serve o sistema educacional ... se não for para lutar contra a alienação?

Na sequência das análises, questionamos os alunos e seus familiares sobre como acontecem as tomadas de decisões e o desenvolvimento do trabalho, especificamente na propriedade. Diante disso, constatamos que não ocorreram mudanças significativas a partir do ingresso dos alunos na CFR. A seguir, alguns relatos sobre quem determina,

escolhe, e/ou decide quais e como serão realizadas as atividades nas propriedades rurais, como, por exemplo, os relatos de Helena e Leonardo, respectivamente, alunos moradores no campo: “Meu pai. Ele decide, ele vai lá e faz ... Ele quer do jeito dele. Ele não aceita assim que você vá lá e mude. Ele quer sempre do jeito dele”. (Helena, 18/04/2016).

A parte assim de trabalho forçado é o pai, e assim o trabalho pequeno é a minha mãe. (Leonardo, 03/10/2016).

Francisco e Alice, pais moradores no campo, também se pronunciaram:

A maioria é eu. A maioria é eu que decido. (Francisco, 20/09/2016).

Meu marido. (Alice, 01/10/2016).

Salientamos que nas respostas dos alunos e familiares do meio urbano, também prevaleceu a figura paterna em relação às tomadas de decisões relacionadas às atividades residenciais.

É igualmente importante registrar que constatamos pontos positivos na proposta de formação da CFR, entre eles, número menor de alunos nas turmas, se comparada a ensino médio regular, o que certamente contribui para o acompanhamento mais sistemático do aprendizado dos alunos pelos professores e monitores; o período integral de estudos, que conseqüentemente proporciona um

maior tempo de estudo aos alunos, o que não acontece no ensino médio regular.

No entanto, citado diversas vezes pelos alunos, durante as entrevistas, o atendimento personalizado que a PA adota trata de um momento específico do professor ou monitor com o aluno, para conversar, tirar dúvidas, olhar o caderno e as atividades, além do convívio diário entre os alunos em sua diversidade, importante para desafiá-los a conhecer diferentes vidas, realidades e costumes.

Não podemos deixar de citar a segurança extremamente evidenciada pelos pais, que a CFR oferece aos alunos, ao transmitir confiança e tranquilidade às famílias. Por se tratar de regime de internato e um local embora não distante, porém retirado da cidade, os alunos não precisam deslocar-se até a escola, visto que o fluxo de alunos é reduzido e possibilita não apenas aos profissionais da CFR os identificarem facilmente, mas que os pais reconheçam quem são os colegas de seus filhos.

Além disso, a rotatividade dos professores cedidos pela SEED à CFR é baixa, o que permite um vínculo maior com os alunos, o que resulta numa aproximação e na possibilidade de um trabalho a médio e longo prazo, tendo em vista que durante os três anos que os

alunos permanecem na CFR, normalmente não há substituição de professores nela.

Balizada a síntese que dispusemos empreender sobre os prováveis avanços, limites e/ou desafios da formação dos alunos CFR de Coronel Vivida, constatamos que a sua prática não alcança as finalidades da PA, promulgadas por Gimonet (2007), a recordar: formação integral do aluno e contribuição ao desenvolvimento do meio, o que eventualmente pode não ocasionar mudanças expressivas na propriedade (quando há), e igualmente nas residências urbanas.

O grande diferencial da CFR, de acordo com alternantes e familiares é creditada ao curso técnico, que em nenhum momento foi citado como colaborador no processo de produção nas propriedades, mas como ampliador da possibilidade de ingresso ao mercado de trabalho. Fato esse contraditório aos objetivos e intenções da educação do campo, uma vez que deveria estar relacionado ao compromisso com um projeto político de sociedade, relacionado com a formação humana, trabalho, cultura e lutas sociais, tendo como protagonistas os próprios trabalhadores (Caldart *et al.*, 2012).

Destacamos ainda o desejo pela permanência no campo de 03 (três) dos quatro (04) alunos ouvidos, que residem no

meio rural. Contudo, contrariamente há três (03) famílias que gostariam que eles optassem por trabalhar e morar na zona urbana, enquanto uma (01) não demonstrou influenciar ou intervir sobre essa decisão.

Ao considerar as justificativas dos alunos sobre sua vontade em continuar no meio rural e a sua preferência por permanecer no campo não estar diretamente ligada à sua participação na CFR, mas à sua estada na CFR, compreendemos que pode ter sido inspirada pelo seu desejo de permanecer no campo, tendo em vista as poucas ou inexistentes práticas formativas nas propriedades e a característica do curso técnico, que de acordo com sua especificação, configura-se em elemento para a aquisição de conhecimentos e competências preparatórios para o mercado de trabalho urbano.

Entretanto, não podemos deixar de considerar que as visitas de campo, o contato com outras propriedades e outros alunos moradores do meio rural, bem como as demais formações durante o curso técnico, possam ter exercido alguma influência na decisão dos jovens, embora não tenha sido essa a justificativa por eles empregada.

Após efetuarmos, portanto, observações concernentes aos avanços,

limites e desafios da formação dos alunos na CFR de Coronel Vivida, dispomos abaixo as nossas constatações:

*Avanços* – Número reduzido de alunos por turma; período integral de estudos; relacionamento expressamente positivo entre os alunos, monitores e professores da Casa; segurança; atendimento personalizado.

*Limites* – Poucos alunos provenientes do campo; pouca ou irrisória junção da prática a teoria nas propriedades; planos de Estudo pré-determinados; Projeto de Vida do aluno desenvolvido durante os últimos meses do curso; dificuldades para efetivar a prática do Projeto de Vida; visitas reduzidas às famílias; estrutura física da CFR necessitando de reparos; insuficiência de recursos financeiros para a CFR; a necessidade de parcerias entre Estado, município, empresas privadas, ONGs, entre outros para o funcionamento da Casa; participação reduzida do Estado; hibridismo nas vertentes pedagógicas, com predominância do escolanovismo.

*Desafios* – Desenvolver um trabalho que una a teoria e a prática; melhor apreciação referente às experiências e observações dos alunos e familiares; planos de Estudo elaborados a partir das discussões e necessidades das famílias no tocante a propriedade; desenvolver o Projeto de Vida em maior tempo;

melhorias da estrutura física da CFR; usufruir mais e melhor o período de estudos em que os alunos estão em suas residências, no que diz respeito às práticas da PA; um curso técnico que melhor atenda às necessidades do trabalho no campo.

Consideramos oportuno afirmarmos que embora reconheçamos as limitações e os desafios impostos à CFR, através da prática da PA, entendemos sua significância no que se refere à formação dos alunos que se inserem nesse espaço. É pertinente observar suas limitações, no sentido de reconhecermos os desafios impostos aos que ali trabalham e estudam. Por meio desse reconhecimento e conscientização, é que poderão organizar outros meios de reivindicar mudanças, e que seja maior a participação do Estado nesse processo, para uma possível reestruturação da metodologia da PA desenvolvida na CFR.

Não compactuamos com a ideia de fechamento das CFRs, mas com a concepção de uma reelaboração expressiva, a começar por suas vertentes pedagógicas ecléticas, sem esquecer sua deficiência estrutural e financeira, na qual a população local colabora para sua manutenção.

Salientamos, ainda, que o fechamento das CFRs ocorridos no início

do período letivo do ano de 2017, no Estado do Paraná, interfere não apenas na possibilidade de mais opções para os alunos, no momento de decidirem onde estudarão, mas também diminui a possibilidade desses mesmos alunos terem uma formação que melhor se aproxime de sua realidade e condições de moradores e trabalhadores do campo.

Entendemos que o governo talvez não esteja desse modo interessado em adequar as CFRs às necessidades do campo e o fechamento das mesmas, parece ser o caminho mais simples para encerrar os impasses que as permeiam até aqui, como, por exemplo, as garantias financeiras e estruturais necessárias para a continuidade de seu funcionamento.

## Referências

- Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto. (2012). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, RJ: Expressão Popular.
- Colossi, N., & Estevam, D. O. (2003). Casas Familiares Rurais: Uma alternativa para a formação de jovens agricultores. *Revista de Administração da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões*, 3(2), 15-42.
- Freitas, L. (2011). Formação de quadros técnicos ou formação geral? Riscos de um falso dilema para o MST. In Vendramini, C. R., & Machado, F. I. (Orgs.). *Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro* (pp. 109-132). São Paulo, SP: Expressão Popular.

- Gimonet, J. C. (2007). *Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs*. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares e Formação Rural.
- IBGE. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Recuperado de [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- IBGE. (2000). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Recuperado de [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- IBGE. (1991). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Recuperado de [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- IBGE. (1980). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Recuperado de [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- IBGE. (1970). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Recuperado de [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- IBGE. (1960). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Recuperado de [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- IBGE. (1950). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Recuperado de [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- Instituto Souza Cruz. (s./d.). *Educação para a sustentabilidade do campo*. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de [http://www.institutosouzacruz.org.br/group/ms/sites/INS\\_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLi ve/DO8U4Q3N?opendocument](http://www.institutosouzacruz.org.br/group/ms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLi ve/DO8U4Q3N?opendocument)
- Instrução Conjunta n. 001 de 23 de maio de 2016. (2016, maio). *Secretaria de Estado da Educação*. Curitiba, 29 nov. 2010. Recuperado de [http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao\\_conjunta0012010.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao_conjunta0012010.pdf)
- IPARDES. (2016). *Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social*. Caderno Estatístico, Município de Coronel Vivida, PR.
- Kuenzer, A. Z. (1989). O trabalho como princípio educativo. *Caderno de Pesquisa*, 68, 21-28. Recuperado de <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/826.pdf>
- Molina, M. C. (2015). Prefácio. In Leão, G., & Antunes-Rocha, M. I. (Orgs.). *Juventudes do campo*. (pp. 13-16). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Parecer CEE/CEMEP n. 595 de 16 de setembro de 2014. (2014, setembro). *Pedido de renovação do reconhecimento do Curso Técnico em Alimentos, na Casa Familiar Rural de Coronel Vivida, município de Coronel Vivida, PR*. Recuperado de [http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres\\_2014/CEMEP/pa\\_cemep\\_595\\_14.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres_2014/CEMEP/pa_cemep_595_14.pdf)
- Parecer CNE/CEB n. 1, de 02 de Fevereiro de 2006. (2006, 01 de fevereiro). *Dispõe sobre dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA)*. Recuperado de [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_parecer\\_1\\_de\\_1\\_de\\_fevereiro\\_de\\_2006.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_1_de_1_de_fevereiro_de_2006.pdf)
- Regimento Escolar. (1997). *Regimento Escolar da Casa Familiar Rural de Coronel Vivida-PR, CGC 97515493/0001-86*.
- Ribeiro, M. (2013). *Movimento camponês, trabalho e educação: Liberdade, autonomia, emancipação - Princípios/fins da formação humana* (2ª ed.). São Paulo, SP: Expressão Popular.

Sader, E. (2008). Prefácio. In Mészáros, I. (Org.). *A educação para além do capital*. (pp. 15-19). São Paulo, SP: Boitempo.

Saviani, D., & Duarte, N. (2012). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas, SP: Autores Associados.

Silva, J. G. (2001). Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, 15(43), 37-50. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>

Silva, T. L. (2014). Juventude rural organizada no enfrentamento ao êxodo: O caso da associação dos colonos ecologistas da Região de Torres – ACERT, RS/Brasil. In Menezes, M. A., Stropasolas, V. L., & Barcellos, S. B. (Orgs.). *Juventude rural e políticas públicas no Brasil*. (pp. 155-163). Brasília. NEAD/MDA/IICA.

Zago, N. (2016). Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, 21(64), 61-78. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216404>

<sup>i</sup> Utilizaremos a sigla CFR, todas as vezes que nos referirmos a Casa Familiar Rural.

<sup>ii</sup> Utilizaremos a sigla PA, todas as vezes que nos referirmos a Pedagogia da Alternância.

<sup>iii</sup> Escola Base - As CFRs no Paraná são vinculadas a uma Escola Base no município, Instrução Nº01 de 23 de maio de 2016 – SUED/SEED.

<sup>iv</sup> Para saber mais sobre a conceituação do escolanovismo, ver Saviani, D., & Duarte, N. (2012). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados.

#### Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 02/02/2018  
Aprovado em: 26/04/2018  
Publicado em: 24/04/2019

Received on February 02nd, 2018  
Accepted on April 26th, 2018  
Published on April, 24th, 2019

**Contribuições no artigo:** As autoras foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final a ser publicada.

**Author Contributions:** The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version to be published.

**Conflitos de interesse:** As autoras declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Orcid

Yolanda Zancanella



<http://orcid.org/0000-0002-6924-1078>

Andréia Aparecida Detogni



<http://orcid.org/0000-0002-3283-5761>

#### Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Zancanella, Y., & Detogni, A. A. (2019). Pedagogia da Alternância proposta de formação: Casa Familiar do município de Coronel Vivida – PR. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 4, e4936. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e4936>

ABNT

ZANCANELLA, Y.; DETOGNI, A. A. Pedagogia da Alternância proposta de formação: Casa Familiar do município de Coronel Vivida – PR. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 4, e4936, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e4936>